

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

***[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 9 e final]***

[...]

9. O papel da classe operária e do Partido

A concepção da «desagregação irreversível» da ditadura fascista, com a sobrevalorização das condições objectivas e a crença num certo automatismo da queda do fascismo, com as ilusões legalistas e golpistas que a acompanharam, com a subestimação da organização e o culto de espontaneidade, representou objectivamente *uma subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento nacional democrático e tendia a conferir a direcção deste à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo.*

Na verdade, se se admite que a queda da ditadura fascista resultará não da conquista vitoriosa do poder pelas forças democráticas, mas da sua própria desagregação, a acção que directamente provocará e promoverá a substituição do governo fascista não será uma acção das forças democráticas incluindo o Partido Comunista, mas uma acção de elementos que se destacam do fascismo e que poderão eventualmente ligar-se (em diferentes graus de compromisso) com elementos da burguesia liberal. A solução pacífica por desagregação do regime implica a ideia duma reforma liberalizadora das instituições pela própria camarilha governante ou um golpe de Estado de comandos descontentes. Duma forma ou doutra, acompanhada de ilusões legalistas ou golpistas, a concepção da «desagregação irreversível» do regime fascista afasta desde logo a classe operária e o seu Partido da acção decisiva para o derrubamento do fascismo. Ela *aceita que o derrubamento da ditadura pode ter lugar e terá o mais provavelmente lugar por uma acção em que o Partido Comunista não participe, ou participe apenas apoiando.* Desta maneira, ela confere a direcção do movimento democrático nacional aos elementos conservadores que se destacam do fascismo e à burguesia liberal que com eles estabelece contactos e que também neles confia para a solução do problema político português.

Essa concepção e subestimação influenciaram e, em larga medida, determinaram toda a actuação do Partido durante largos anos. *A preocupação principal do Partido não foi preparar-se e preparar a classe operária e as forças democráticas (no terreno político, de organização, de quadros, de mobilização popular) para o assalto ao poder, mas facilitar a desagregação do regime, estimular uma acção dos que se destacassem do regime e substituíssem o governo de Salazar.*

No terreno político, não se definiram com suficiente precisão os objectivos da luta nacional, não se insistiu nos objectivos políticos fundamentais, não se definiram as características do governo que deverá suceder ao governo fascista, nem se definiu a posição do Partido em relação a ele, nem nunca durante longos anos se aflorou sequer a questão da participação comunista num tal governo e da disposição do Partido em assumir responsabilidades nele.

No terreno da organização, precisamente porque se não viu a queda da ditadura resultando duma acção dirigida pelas forças democráticas (incluindo o Partido), não se deu importância à questão vital da criação, alargamento e robustecimento das organizações democráticas e em especial da organização do Partido.

No terreno dos quadros, não se pensou que uma acção vitoriosa para o derrubamento da ditadura fascista pressupõe a existência de numerosos quadros de militantes democráticos e em especial de militantes comunistas, de aptidões e capacitação variadas, correspondentes à variedade das tarefas que tal acção vitoriosa implica.

No terreno da mobilização popular, não se abriu às massas a perspectiva da sua própria acção, não se educaram as massas na ideia de que lhes caberia fundamentalmente a elas a acção para derrubar a ditadura (um levantamento geral nacional), antes se habituaram as massas à ideia de que o regime se desagregaria por si, numa remodelação liberalizadora ou por virtude dum golpe de dissidentes, e de que, quando muito, as acções de massas poderiam acelerar essa desagregação.

Toda a acção política e organizativa do Partido foi dominada e gravemente prejudicada pela crença na «desagregação irreversível», pela consequente subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático e pela consequente e implícita atribuição do papel directivo no movimento democrático à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo.

O facto de se depositarem as esperanças do derrubamento da ditadura na acção de elementos conservadores levou o Partido a *deixar de tomar a iniciativa política* sobretudo no que respeita à luta legal e a conferi-la largamente à burguesia liberal. As concepções da «desagregação irreversível» constituíram *uma forma do culto da espontaneidade*. Conduziram o Partido a reboque dos movimentos espontâneos (cuja direcção aliás frequente e indevidamente nos atribuímos) e da iniciativa política da burguesia liberal e de elementos conservadores (caso H. Delgado). *Foi uma tendência seguidista na sua mais clássica expressão.*

A própria ideia e objectivo do derrubamento da ditadura fascista foi considerada como susceptível de prejudicar a desagregação do regime, por assustar os elementos conservadores. *O Partido deixou de colocar como objectivo primacial da sua acção o*

derrubamento do governo fascista, para passar a declarar a sua esperança e confiança na desagregação do regime e no «afastamento» ou «substituição» de Salazar, o seu «apoio» a quaisquer acções de conservadores e liberais e a colocar como objectivo político fundamental contribuir para essa desagregação.

A «solução pacífica» do problema político português, mais que uma viabilidade aceite em resultado do estudo da situação portuguesa, teve uma intenção propagandística, com o fim de sossegar os hesitantes no campo fascista, com o fim de facilitar a desagregação. O Programa do Partido aprovado no V Congresso reflecte duma forma característica tal posição. A expressão «derrubamento do fascismo», que ainda aparecia na primeira parte do Projecto do Programa editado em 1954, deu lugar no Programa aprovado a expressões *moderadas*, como «afastamento» ou «substituição» do governo. Os objectivos da «revolução democrática de libertação nacional» e do «levantamento nacional» para o derrubamento da ditadura e a instauração dum governo democrático, que apareciam no Projecto, deram lugar, no Programa aprovado, à concepção da solução pacífica e da «*desagregação contínua*» (*sic*) do regime. Tais substituições de termos verificaram-se não apenas no Programa mas em todos os documentos do Partido.

Toda a redacção do Programa enfermou dessa preocupação de facilitar o processo da «desagregação contínua», não assustando os fascistas descontentes e os conservadores, incitando-os a darem os passos necessários para oferecerem ao povo português a solução pacífica do problema político português. O Programa do Partido Comunista Português, que deveria ser fundamentalmente o programa do proletariado revolucionário, foi influenciado pela ideia de tranquilizar a burguesia não monopolista, de lhe agradar pela sua moderação, de «esclarecer» não as amplas massas trabalhadoras, mas sobretudo os elementos conservadores renitentes à unidade. Por esse simples facto, *esbate, reduz, apaga o papel determinante da classe operária e do seu Partido no movimento democrático, lança para segundo plano a aliança do proletariado com o campesinato e coloca, de facto, o proletariado e o Partido na expectativa em relação à actuação política da burguesia liberal e dos conservadores que se destacam do regime.*

É característico que, ao longo dos anos, o Partido tenha declarado inúmeras vezes a sua disposição em *apoiar* acções de outros para o afastamento de Salazar do poder, apoiar qualquer governo que instaure as liberdades fundamentais e não tenha declarado e insistido ser seu propósito, em comum com as outras forças democráticas, conduzir as massas populares até a uma acção vitoriosa para o derrubamento da ditadura fascista, uma acção capaz de atirar por terra o governo de Salazar e colocar no poder um Governo Provisório que instaure as liberdades democráticas. É também característico que o Partido tenha deixado de declarar a sua determinação de assumir, ao lado das outras forças antifascistas, responsabilidades num Governo Provisório, de participar no Governo Provisório.

A preocupação de tranquilizar a burguesia e de facilitar a separação do fascismo de certos sectores da burguesia levou a *sacrificar, numa posição oportunista, alguns aspectos da acção independente do proletariado e do seu Partido*, esquecendo-se o ensinamento de Lénine segundo o qual «o direito do socialismo à independência e

(...) o seu direito à existência» [sic] (*Que Fazer?* I, d²⁴³).

A posição tomada em relação à *luta da classe operária contra os seus inimigos de classe* é um dos mais significativos aspectos desta posição oportunista.

Já no Relatório político feito pelo camarada Ramiro em nome do CC ao V Congresso se diluía a contradição de classes fundamental na sociedade burguesa (a contradição entre a burguesia e o proletariado), ao afirmar-se como possível um entendimento entre o proletariado e a burguesia não monopolista com vários objectivos, entre eles «*a elevação do nível de vida das massas*» (pp. 30-31). Se é certo que, dado o desenvolvimento desigual do capitalismo e o domínio dos monopólios, se agrava de forma crescente o antagonismo entre um pequeno grupo de monopolistas e as restantes camadas do povo, isso não significa que se dilua o conflito entre o capital e o trabalho, não significa que a burguesia não monopolista, nas suas relações de classe com o proletariado, possa colaborar com este para «*a elevação do nível de vida das massas*». *A unidade de todas as camadas populares contra os monopólios não ilude nem pode iludir a acção independente do proletariado em defesa dos seus interesses contra os seus exploradores, mesmo que eles sejam não monopolistas*. Defender o contrário é confundir uma política de unidade contra o fascismo com as ideias oportunistas de colaboração e harmonia de classes.

A concessão oportunista aflorada no Relatório político ao V Congresso adquiriu posteriormente contornos mais definidos. No artigo do camarada João sobre a «*possibilidade da solução pacífica*», publicado em *O Militante* de Outubro de 1958, sacrifica-se a luta independente do proletariado contra os seus exploradores à ideia de atrair à frente anti-salazarista certas camadas da burguesia e os seus correspondentes elementos políticos conservadores. Defende-se aí que

«a luta de classes não seja levada, no presente momento, até ao extremo de provocar a ruptura da frente anti-salazarista»

e que

«a luta pelo aumento de salários não deve ser fundamentalmente dirigida contra a burguesia nacional não monopolista, mas contra a política de congelamento dos salários do salazarismo, servidor dos monopólios».

Estas ideias tendiam a enfraquecer e a atenuar a luta dos operários nas suas empresas contra o respectivo patronato, sacrificando essa luta de interesse primordial à ideia de atrair a burguesia não monopolista à frente anti-salazarista. Elas tiveram influência negativa na condução das lutas reivindicativas, enfraquecendo as lutas nas empresas, levando ao menosprezo das Comissões de Unidade, criando ilusões legalistas no movimento sindical, onde numa forma bastante generalizada se passaram a fazer petições e abaixo-assinados dirigidos aos Sindicatos e às autoridades fascistas, em vez de concentrações e assembleias em apoio e associadas à luta nas empresas. Essas ideias oportunistas são um aspecto lógico e consequente da

²⁴³ Cf. VILOE3, t. 1, 1977, p. 92. Passagem incompreensível. No texto de Lenine lê-se: «Era exatamente o mesmo se a democracia burguesa negasse o direito do socialismo à independência e, por consequência, o seu direito à existência [...]» - 581.

«teoria» da «desagregação irreversível», que tirava à classe operária e ao Partido o papel determinante no movimento democrático e conferia aquele à burguesia liberal e aos conservadores que se separam do fascismo.

Outro significativo aspecto da mesma posição aparece nas opiniões e propostas já atrás citadas apresentadas pelo camarada Ramiro, que em 1956 constituíram um dos pontos de partida para o estabelecimento da nova linha da «desagregação irreversível». A preocupação de «*isolar os elementos mais perigosos do regime salazarista dos restantes*» com o fim de «acelerarmos a desagregação do regime» levou esse camarada a propor que o Partido, em vez do combate que vinha travando contra o partido fascista de Salazar (a União Nacional), contra a Assembleia fascista de Salazar (a Assembleia Nacional), contra a milícia fascista de Salazar (a Legião Portuguesa), em vez de continuar a combater insistentemente em bloco esses três pilares do «Estado Novo», passasse apenas a combater os piores elementos de qualquer deles. Propunha o camarada que «*não devemos fazer ataques frontais, como até aqui, à União Nacional, à Legião Portuguesa, à Assembleia Nacional, mas sim aos elementos mais reaccionários que se encontram aí*». A ideia da desagregação do regime como objectivo principal da actividade do Partido aparece aqui também, desde início, com marcas caracteristicamente oportunistas, sacrificando a acção directiva da classe operária e do Partido ao papel determinante que se atribuía àqueles que se destacam do fascismo por desagregação deste. Estas propostas do camarada Ramiro influenciaram posteriormente a acção do Partido em múltiplos aspectos.

Ainda outro aspecto da mesma posição foi a *orientação preconizada em relação aos dirigentes sindicais fascistas*. A obsessão da «desagregação» do regime, a ideia da multiplicação incessante e inevitável das defecções no campo salazarista, levaram a acreditar que inimigos dos mais declarados da classe operária e do povo português, verdadeiros lacaios e rafeiros do patronato reaccionário e do fascismo, poderiam também estar a abandonar a camarilha de Salazar e que por isso não devíamos combatê-los mas sim tratar com eles como aliados. No Informe político do CC feito ao V Congresso pelo camarada Ramiro afirma-se que «Tendo em conta a evolução dos acontecimentos políticos e a progressiva decomposição do salazarismo, é hoje possível alargar a unidade dos trabalhadores através dos sindicatos e atraindo à colaboração os próprios dirigentes sindicais que, embora não tendo sido eleitos pela classe, se mostram hoje dispostos a ouvir e a atender as suas reivindicações.» E aconselha-se uma posição de compromisso, de temporização, de transigência e águas-mornas para com os dirigentes sindicais fascistas. No Informe sobre organização ao mesmo Congresso feito pelo camarada João afirma-se que «as alterações na correlação de forças influenciam hoje a conduta dum grande número de pessoas que antes serviam ainda, sem muita convicção aliás (?), a política salazarista» e que «Neste número contam-se [...] dirigentes sindicais, alguns dos quais não afinam já pela flauta salazarista e começam, mais ou menos abertamente ou mais ou menos veladamente, a passar para as posições da classe operária». Um e outro informe passam completamente em claro a existência de numerosos vis lacaios do patronato e bufos da PIDE que o governo tem colocado à frente de numerosos sindicatos e não referem sequer a necessidade de os desmascarar e substituir. Cerca de um ano após o V Congresso, num informe feito pelo camarada Freitas ao CC em

nome da Comissão Política, vai-se ainda mais longe:

«[...] estão hoje criadas condições (diz-se no informe) para *esperarmos da maior parte dos [...] dirigentes sindicais uma posição de colaboração aberta com os trabalhadores na defesa das suas justas reivindicações junto do patronato e do governo*, desde que os trabalhadores saibam agir junto deles com a necessária maleabilidade e tacto político».

Esta posição oportunista em relação aos dirigentes sindicais fascistas foi claro produto da crença na «desagregação irreversível» ou «contínua» da ditadura fascista, da crença em que o regime fascista se estava a desagregar tão rápida e irresistivelmente que era previsível o seu breve colapso.

Um último aspecto da mesma posição se quer aqui citar: a timidez (para não dizer mais) com que o Partido colocou por vezes os seus objectivos como Partido revolucionário do proletariado. O Partido Comunista Português coloca no presente momento como seu objectivo político imediato fundamental a instauração da liberdade política no nosso país. Mas isto não significa que o Partido deva ocultar ser seu objectivo a construção dum Portugal socialista e a posterior construção do comunismo. Há quem pretenda dificultar a unidade das forças democráticas e atemorizar os anti-salazaristas mais conservadores com a perspectiva dum Portugal socialista e comunista. Ora bem. A mesma preocupação de tranquilizar os conservadores levou a afirmar-se num documento do CC ser uma «grosseira calúnia» afirmar que os comunistas desejam substituir o salazarismo por um regime comunista (Manifesto de Julho de 1959). A afirmação de que o Partido pretende substituir o regime de Salazar por um regime comunista é sem dúvida incorrecta e há que desmenti-la. Mas se o Partido não coloca a passagem directa do fascismo para o comunismo não é porque não desejasse que isso fosse possível, mas apenas porque o não é, apenas porque não podemos saltar por cima de grandes etapas da evolução histórica. Só sentimentos oportunistas podem levar comunistas a considerar uma «grosseira calúnia» a acusação de que desejam instaurar um regime comunista em Portugal, mesmo antes de estarem as condições maduras para isso.

A abdicação do papel determinante da classe operária e do Partido no movimento democrático não apareceram apenas em concepções. Apareceram também na actuação prática do Partido. Foi o que aconteceu, como já atrás se referiu ao falar-se do golpe militar, em relação ao Movimento Militar Independente e ao seu programa, quando, estabelecendo-se os termos do apoio e até participação do Partido no movimento em preparação pela Junta Militar, o Partido propôs que o movimento fosse não só militar como também popular, sem entretanto formular a proposta de participar na direcção do movimento — o que significava aceitar sem discussão a direcção dos militares, conservadores e liberais. Foi o que aconteceu em relação a muitos movimentos democráticos legais, em que o Partido se limitou a seguir na cauda das iniciativas tomadas por outros democratas. Foi o que aconteceu, quando, em face de muitos acontecimentos, o Partido, em vez de dar a sua voz, em vez de marcar posição, preferiu imprimir e divulgar a tomada de posição de outras forças políticas, designadamente dos católicos, mostrando assim mais confiança na influência da voz dos liberais do que na voz da classe operária. Foi o que aconteceu quando, ao mesmo tempo que, a pretexto da «luta contra o culto da personalidade», se conduzia de facto a uma guerra ao prestígio e popularidade dos dirigentes do

Partido, ao mesmo tempo que se diminuía, socavava e fazia intencionalmente esquecer o prestígio e popularidade de quadros destacados do Partido, se passou a valorizar os dirigentes de outras correntes da Oposição. (ver, entre muitos outros, o documento sobre declarações de Neves Graça e o material de M. sobre a repressão.)

A *subestimação da organização* é um dos mais característicos aspectos da abdicação do papel determinante da classe operária e do Partido. O facto de se não discutirem praticamente durante anos os problemas de organização, de eles quase desaparecerem da imprensa do Partido, de se terem deixado de dar balanços à organização do Partido, de se ocultarem a estagnação e os retrocessos e se afirmarem progressos inexistentes ou se exagerarem pequenos progressos, de se querer dar uma ideia de engrandecimento do Partido sob todos os aspectos apesar do seu grave retrocesso orgânico — reflectem a subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático.

No V Congresso, o CC deu uma ideia deformada da situação orgânica do Partido. Na altura do V Congresso, em 1957, os efectivos do Partido eram apenas cerca de um quarto dos existentes na altura do IV Congresso em 1946 e toda a estruturação tinha sofrido considerável recuo. Mas, nos relatórios do CC, em vez de se comparar a situação com a existente na altura do Congresso anterior, ou mesmo com qualquer dos anos seguintes e daí deduzir as tarefas do Partido, tomou-se como base de comparação o ano de 1950, ano em que se havia perdido ligação com organizações inteiras e o balanço acusava o mais baixo número de militantes verificado desde 1942. Nessa base pôde afirmar-se, no Informe político feito ao Congresso pelo camarada Ramiro, que o Partido via «alargar-se a sua organização», que houvera «um aumento de mais 40% para os militantes e de 70,7% para os simpatizantes» e que «o nosso Partido encontra-se robustecido». A escolha dos efectivos de 1950 como termo de comparação foi intencional e a afirmação nesse mesmo informe de que eram «os mais recuados que possuímos» foi apenas uma justificação. A escolha de 1950 foi feita para apresentar ao V Congresso um «progresso» orgânico, em vez de apresentar o muito grave retrocesso orgânico verificado desde 1946. Tem de se concluir que o CC, a fim de valorizar a sua actuação, iludiu o Congresso e iludiu o Partido.

No Informe sobre problemas de organização feito em nome do CC pelo camarada João, seguiu-se a mesma orientação e o mesmo panorama foi apresentado, escolhendo-se termos de comparação que dessem a ideia de que o Partido estava aumentado e fortalecido. Alguns pormenores são muito significativos. Assim, por exemplo, tendo-se registado do IV para o V Congresso um acentuado recuo no que respeita às células de empresa, cujo número em 1957 se pode estimar menos de um quarto do existente em 1946, que se diz a esse respeito no Informe sobre problemas de organização? Eis como o camarada João apresentou o problema:

«Desde o nosso IV Congresso, o número das [...] células de empresa sofreu as flutuações gerais da organização do Partido (curioso eufemismo este!), ou, para sermos mais exactos (?), *progrediu* (!?) *menos* que outras organizações de base.»

Quando as organizações de base acusavam, sem excepção, do IV para o V Congresso, um gravíssimo recuo, afirmar que o número de células de empresa «progrediu menos que as outras organizações de base» foi esconder a verdade ao Partido, foi iludir o

Congresso e iludir o Partido.

Noutros relatórios e intervenções no V Congresso (camarada Freitas sobre trabalho ideológico e outros) vê-se ser preocupação dominante da Direcção ocultar a situação real ao Partido, o recuo efectivo da sua organização e de outros aspectos do seu trabalho e, pelo contrário, afirmar perante os militantes e o povo português que o Partido se encontrava mais forte que nunca.

Estas informações dadas pelo CC ao V Congresso acerca da situação orgânica e geral do Partido mostram de facto um grande desprezo pelo trabalho de organização e pela força real do Partido, uma subestimação da importância da organização, uma subestimação objectivamente considerada do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático nacional.

Se assim não fosse, se se pretendesse manter de facto o papel determinante da classe operária e se verificava ao mesmo tempo um enfraquecimento da organização do Partido, logo se revelaria que o Partido não poderia desempenhar o seu papel sem um radical fortalecimento orgânico e tomar-se-iam as medidas adequadas. Não dar o valor devido à organização quando ela se encontrava particularmente débil, não colocar como uma necessidade imperiosa a estruturação do Partido em todo o país quando ela era muito deficiente e quando se pretendia ter um papel mobilizador nacional, não considerar como uma situação gravíssima as debilidades das organizações das fábricas e empresas e a inexistência de organização em centros industriais e empresas das mais importantes quando se dizia que a classe operária devia ter um papel dirigente na política portuguesa, antes afirmar-se uma força orgânica inexistente e progressos inexistentes sugerindo-se que o Partido estava organicamente mais forte que nunca era desistir de facto desse papel dirigente.

Os aspectos dessa subestimação do trabalho de organização do Partido foram tratados em reuniões da Comissão Política e do CC realizadas em 1960. A Comissão Política primeiro (Resolução de Setembro de 1960), o CC depois (Resolução de Dezembro), sublinharam a ausência, durante vários anos, de debates sobre problemas de organização nos organismos dirigentes do Partido, incluindo o CC, a generalização do desinteresse por esses problemas, a conformação com as debilidades orgânicas, a sua ocultação e a não adopção de quaisquer medidas para vencê-las, o exagero dos êxitos e a não consideração dos insucessos, o não tratamento dos problemas de organização na imprensa do Partido, etc. Toda essa subestimação foi possível porque não era fundamentalmente na luta da classe operária e na acção do Partido que se fundamentavam as esperanças para o derrubamento do fascismo, mas na desagregação deste, por um processo semi-automático.

Nos documentos do Partido não se deixou de insistir em que cabe à classe operária o papel dirigente na luta nacional contra o fascismo. Ao mesmo tempo porém que se insistia, na generalidade, em tal princípio, a orientação política e tática reduzia esse papel dirigente, conferindo-o de facto à burguesia liberal e aos conservadores. Como nota o camarada Serpa em documento enviado ao CC, «a repetição cada vez mais enfática do papel dirigente que cabe à classe operária tem caminhado a par da cedência de posições indispensáveis para garantir esse papel dirigente».

«O papel dirigente da classe operária (sublinha justamente o mesmo camarada) ninguém lho reconhece pelo facto de nós o repetirmos; ninguém lho reconhece se ela própria não estiver em condições de o tomar para si.»

Nos últimos anos, ao mesmo tempo que se perdiam de facto posições de direcção no movimento democrático, exageraram-se, de forma cada vez mais absoluta, o papel dirigente do Partido e a sua força, tomando-se desejos por realidades. É bastante característico dessa posição o Relatório apresentado aos PC dos países capitalistas da Europa em Agosto de 1959. Aí se diz:

«... o facto de que a classe operária não é presentemente influenciada pelos partidos políticos democrático-burgueses (?) dá ao PC certo poder de manobra, de influência nas massas populares, contra o qual se revelam inoperantes, na maioria das vezes, os conluios dos dirigentes dos restantes agrupamentos da oposição».

E, noutra passagem do mesmo documento, afirma-se que esses agrupamentos são

«impotentes para arrastar as massas populares para caminhos contrários aos apresentados pelo PC».

Quem conheça no mínimo a história do movimento anti-salazarista desde 1956 sabe que estas afirmações não correspondem à realidade. Havíamos porém tomado os desejos por realidades, cuidando que o papel dirigente da classe operária se ganha pelo facto de se afirmar repetidas vezes que o tem.

As concepções da «desagregação irreversível», com a sua timidez política, com a falta efectiva de confiança na classe operária e nas massas populares, tiraram esse papel dirigente à classe operária e ao seu Partido. De tal forma que animaram, tanto nas outras forças democráticas como nas próprias fileiras do Partido, ideias visando explicitamente colocar o Partido a reboque da burguesia anti-salazarista.

Entre as outras forças democráticas, multiplicaram-se, durante muito tempo, as exigências de que o Partido não devia pretender imiscuir-se na direcção do movimento democrático, que não devia manifestar publicamente a sua opinião em relação ao mesmo movimento, que a direcção deste devia caber exclusivamente a organismos unitários em que o Partido não participava nem devia participar. E, nas próprias fileiras do Partido, não deixaram de aparecer camaradas defendendo que «as classes trabalhadoras estão fundamentalmente aptas a lutarem pelas suas reivindicações económicas e não a dirigirem a luta política», que «o Partido devia limitar-se a apoiar as outras forças políticas até ao derrubamento do fascismo» (camarada Rog. numa reunião de quadros, Fevereiro de 1960).

Estas opiniões aconselhavam explicitamente à classe operária e ao Partido uma posição de reboque em relação à burguesia liberal e aos fascistas descontentes. Retomaram uma velha opinião segundo a qual «os operários devem sustentar de modo exclusivo a luta económica, deixando a política para os intelectuais, em aliança com os liberais» e que Lênine dizia corresponder a «considerar de menor idade o proletariado russo» («Tarefas urgentes do nosso movimento», 1900²⁴⁴). Também os defensores de tais ideias entre nós pretendiam passar ao proletariado português um

²⁴⁴ Cf. V. I. Lenine, *Oeuvres*, ed. cit., t. 4, 1973, p. 381. – 588.

atestado de menoridade, embora o proletariado português, em toda a luta travada ao longo de 30 anos contra a ditadura fascista, tenha provado ser a única classe verdadeira e conseqüentemente revolucionária e o Partido Comunista Português tenha provado ser o mais sólido e «maior» Partido da Oposição antifascista.

Combate ao desvio de direita

O desvio de direita, que se tornou política oficial do Partido nos anos de 1956-59, influenciou num sentido negativo praticamente todos os aspectos da actividade partidária: designadamente, a sua acção política, o trabalho de organização, a política de quadros. É no desvio de direita que devemos procurar a causa de muitos dos nossos insucessos nos últimos anos e de muitas das nossas dificuldades presentes. A correcção do desvio de direita é uma tarefa imediata e central, sem a realização da qual não podemos dar um impulso decisivo a toda a actuação do Partido e ao movimento nacional contra a ditadura fascista. Se queremos que o Partido desempenhe o papel determinante que lhe cabe na luta pela liberdade política, temos de expurgar do Partido as concepções direitistas e oportunistas, que criaram fortes raízes a partir de 1956.

Não se trata de uma tarefa fácil. As concepções direitistas e oportunistas foram a «linha» oficial do Partido durante vários anos, foi dentro delas que se formaram militantes, enraizaram-se na maneira de ver as coisas e em hábitos de trabalho, e não será fácil varrê-las dum momento para o outro. Para varrê-las do Partido, impõe-se um combate amplo, aberto, enérgico e persistente, contra o desvio de direita que predominou nos anos 1956-59, impõe-se que exponhamos ao sol da crítica as suas raízes ideológicas, impõe-se que saibamos não apenas ganhar a concordância dos militantes, mas esclarecê-los e convencê-los.

O Comité Central e a sua Comissão Política têm já vindo a realizar há alguns meses a correcção do desvio de direita, em aspectos parcelares e na orientação e actividade correntes do Partido. Mas só o debate aberto pela reunião de Março do CC e as resoluções aí tomadas permitirá dar combate em todos os terrenos contra as concepções direitistas a fim de as eliminar dentro do Partido.

A correcção do desvio de direita abre novas perspectivas de luta ao Partido e ao movimento democrático em geral. Exige, não apenas a discussão no terreno ideológico, mas uma mudança geral no estilo de trabalho do Partido, nas tarefas que se colocam a todas e a cada uma das suas organizações. Não é apenas com as Resoluções do CC que rectificaremos o desvio de direita. Essa rectificação exige um grande esforço ideológico, propagandístico, organizativo e de quadros.